



FÓRUM BRASILEIRO DE
SEGURANÇA PÚBLICA

Crime Organizado no Brasil

Renato Sérgio de Lima

Diretor Presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Professor da FGV EAESP

Fórum Brasileiro de Segurança Pública



- Organização independente, referência nacional em segurança pública.
- Produz e dissemina dados, pesquisas e evidências que pautam debates públicos e orientam decisões estratégicas.
- Mantém diálogo permanente e constrói pontes entre entidades públicas, setor privado, academia e sociedade civil.
- Responsável pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública, Atlas da Violência, Cartografias da Violência na Amazônia e diversas outras publicações especializadas de grande impacto nacional e internacional.
- Realiza Encontro Anual que é o principal espaço nacional de discussão sobre segurança pública.

A importância dos dados e das evidências nas Políticas Públicas:

“Não é terrorismo, é a exploração do medo e a captura de mercados pelo dinheiro e pela força”

“O ódio virou um modelo de negócio.”

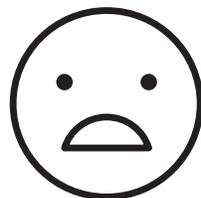
Raiva, medo e insegurança

As três emoções que dominam as redes



Raiva

Mobiliza ação imediata. Cria senso de injustiça. Gera compartilhamento para “denunciar” e “alertar” outros. É a emoção que mais rapidamente se transforma em engajamento ativo.



Medo

Ativa instinto de sobrevivência. Faz as pessoas alertarem outras sobre perigos. Cria sensação de urgência. É a emoção que mais viraliza em contextos de segurança pública.



Indignação

Combina raiva com senso de justiça moral. É a mais poderosa para viralização. Gera não apenas compartilhamento, mas também comentários longos e debates acalorados.

Transição: e quando o tema é violência?

A combinação perfeita

EMOÇÃO

MEDO

URGÊNCIA

Por que violência é o conteúdo perfeito para algoritmos?

→ Emocionalmente intensa

→ Visualmente impactante

→ urgente e imediata

→ Pessoal e próxima

4x

Posts sobre crimes têm **4 vezes mais engajamento**
que posts sobre políticas públicas de segurança

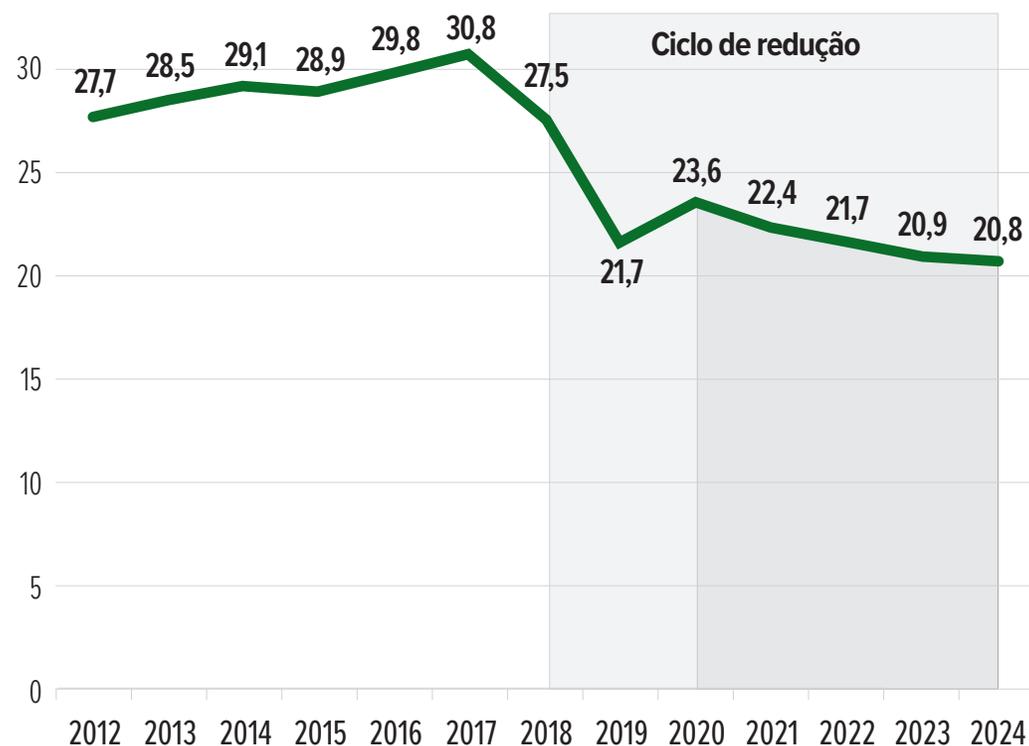
“O medo é o novo clique.”

TIMEZENS

A violência letal no Brasil mantém trajetória de queda, atingindo o menor patamar em mais de uma década.

Desde 2018, o Brasil vivencia uma redução consistente das Mortes Violentas Intencionais (MVI). Entre 2012 e 2024, a queda acumulada na taxa nacional foi de 25%. Fatores como políticas de segurança baseadas em evidências, mudanças demográficas e novas dinâmicas do crime organizado contribuem para este cenário.

Taxa de Mortes Violentas intencionais (por 100 mil hab.) | Brasil, 2012–2024



-25%

Queda na taxa de MVI
(2012-2024)

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública

A guerra por territórios: as 10 cidades mais violentas do país são palco de disputas entre facções criminosas

A violência extrema se concentra em municípios do Nordeste, especialmente em regiões metropolitanas e no interior da Bahia. Disputas entre facções como Comando Vermelho (CV), Guardiões do Estado (GDE) e Bonde dos Malucos (BDM) são o principal motor da letatildade nestas áreas.

QUADRO 01

Rankings dos dez municípios com maiores taxas de Mortes Violentas Intencionais (cidades com população igual ou superior a 100 mil habitantes) 2024

Posição	Município	UF	Taxa MVI
1	Maranguape	CE	79,9
2	Jequié	BA	77,6
3	Juazeiro	BA	76,2
4	Camaçari	BA	74,8
5	Cabo de Santo Agostinho	PE	73,3
6	São Lourenço da Mata	PE	73,0
7	Simões Filho	BA	71,4
8	Caucaia	CE	68,7
9	Maracanaú	CE	68,5
10	Feira de Santana	BA	65,2

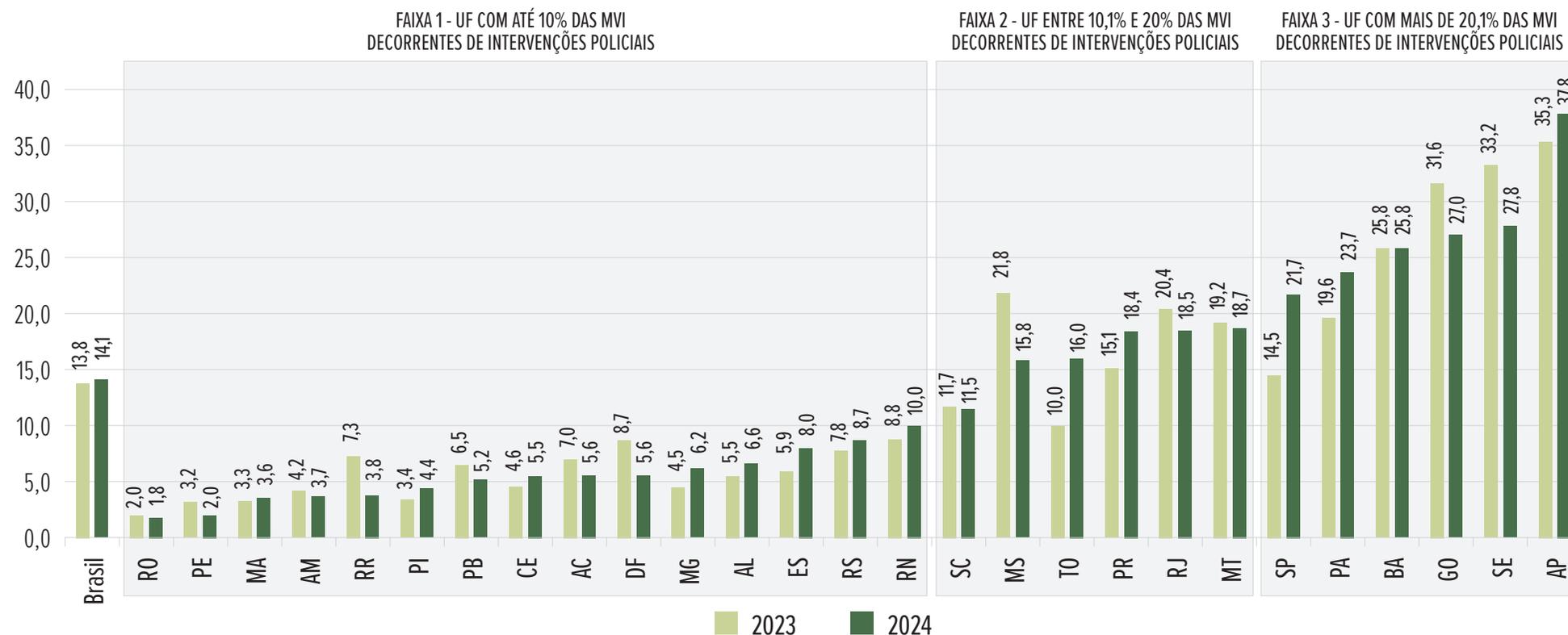
*“A cidade mais violenta do país no último ano foi Maranguape (CE), região metropolitana de Fortaleza, com taxa de **79,9 mortes por 100 mil habitantes.**”*

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Instituto de Segurança Pública/RJ (ISP); Ministério Público do Acre; Polícia Civil do Estado do Acre; Polícia Civil do Distrito Federal; Polícia Civil do Estado de Minas Gerais; Polícia Militar do Estado de Minas Gerais; Polícia Militar do Estado de Mato Grosso; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Projeções da População do Brasil e das Unidades da Federação; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

GRÁFICO 04

Participação Percentual das Mortes por Intervenção Policial no total das MVI, por Faixa de Letalidade

Brasil e Unidades da Federação, 2023 e 2024

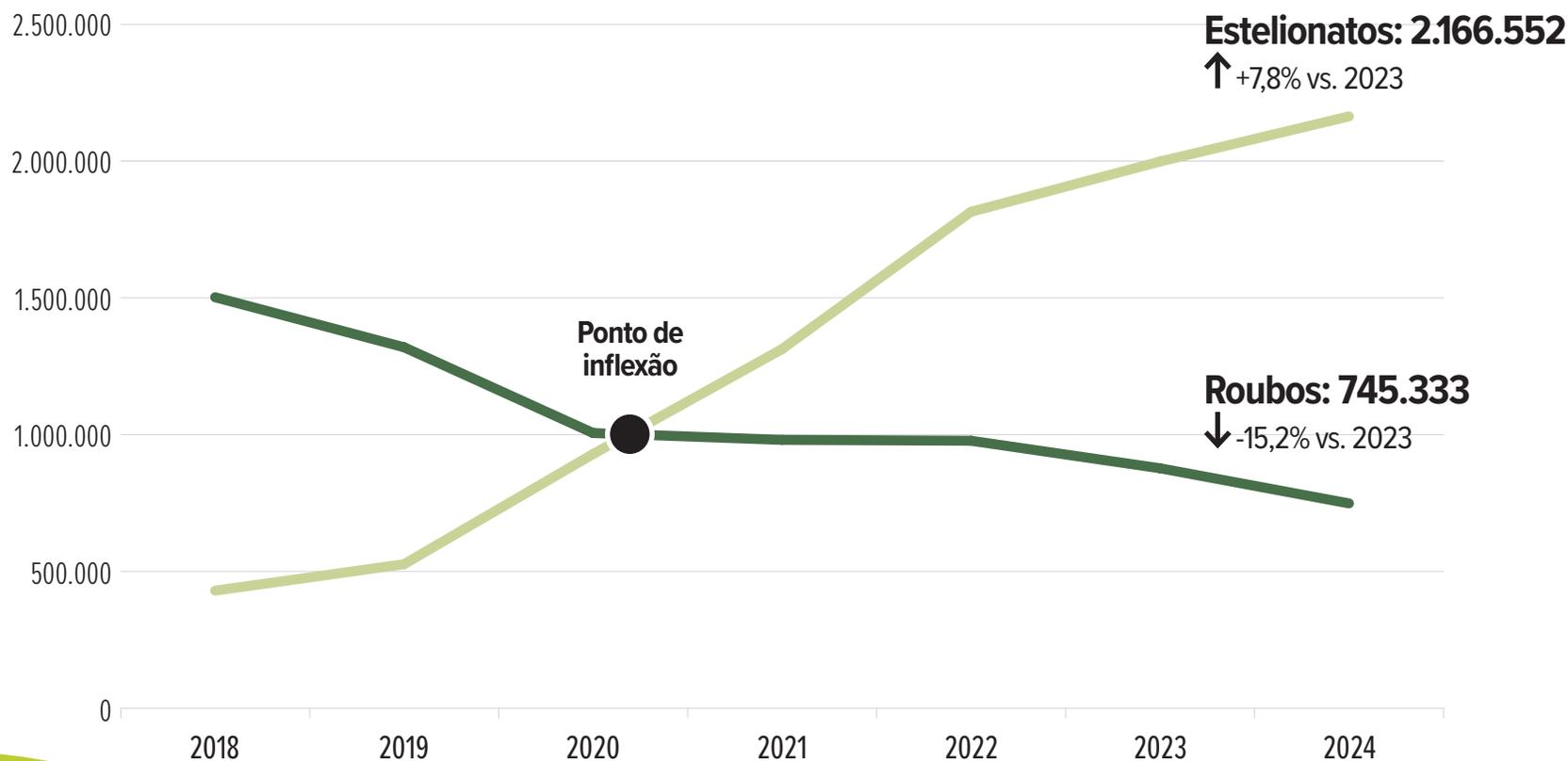


Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Instituto de Segurança Pública/RJ (ISP); Ministério Público do Acre; Polícia Civil do Estado do Acre; Polícia Civil do Distrito Federal; Polícia Civil do Estado de Minas Gerais; Polícia Militar do Estado de Minas Gerais; Polícia Militar do Estado de Mato Grosso; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Projeções da População do Brasil e das Unidades da Federação; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

A migração do crime: menos violência nas ruas, mais fraudes nos celulares

Desde 2020, o Brasil assiste a uma inversão histórica nos crimes patrimoniais. Pela primeira vez, os registros de estelionato superam os de roubo. Em 2024, para cada roubo, foram registrados quase **3 estelionatos**.

A grande inversão: Roubos vs. Estelionatos | Brasil, 2018-2024



“O crime mudou muito nos últimos cinco anos e, talvez, a forma de preveni-lo e enfrentá-lo também precisa mudar.”

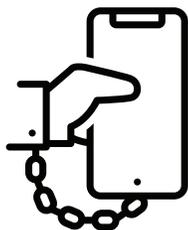
A fraude digital tornou-se **uma engrenagem bilionária do crime organizado**, operando com 97% de impunidade

Prejuízo estimado: **Mais de R\$ 26,7 bilhões por ano**

Ciclo da criminalidade digital

1. Furto/Roubo

Subtração do aparelho.



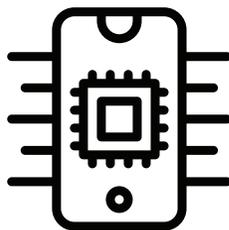
2. Fraudes digitais

Extração de dados para esvaziar contas.



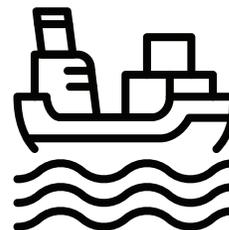
3. Mercado ilegal local

Venda de peças.



4. Exportação

Envio para mercados na África e Ásia.



97,6%

dos casos de estelionato não chegam ao Poder Judiciário, resultando em impunidade.

Prevalência de Vitimização de Crimes Patrimoniais

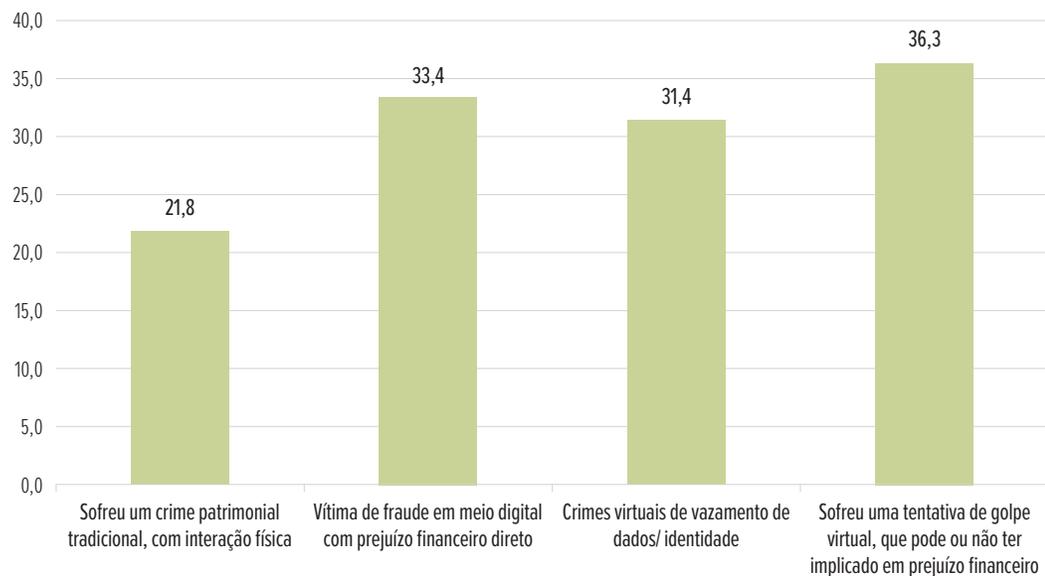
Foi vítima de fraude em meio digital com prejuízo financeiro direto	33,4%
Sofreu um crime patrimonial tradicional, com interação física	21,8%

TABELA 1
Prevalência de Vitimização de Crimes Patrimoniais por Categoria

Tipos de crime	Prevalência (%)	População média
Sofreu um crime patrimonial tradicional, com interação física	21,8	36.832.314
Vítima de fraude em meio digital com prejuízo financeiro direto	33,4	56.431.160
Crimes virtuais de vazamento de dados/ identidade	31,4	53.052.048
Sofreu uma tentativa de golpe virtual, que pode ou não ter implicado em prejuízo financeiro	36,3	61.330.871

Fonte: FBSP e Instituto Datafolha, 2025.

GRÁFICO 1
Prevalência de pessoas que se declararam vítimas de crimes patrimoniais nos últimos 12 meses (em %), por grupos de crime Brasil, julho de 2024 a junho de 2025



Fonte: FBSP e Instituto Datafolha, 2025.

QUADRO 4
Prevalência, valor médio e prejuízo total estimado com roubos e furtos de celulares

Enunciado: Nos últimos 12 meses você...	Prevalência (%)	Valor médio do prejuízo (R\$)	Prejuízo estimado (R\$) - com base na população prevalente
Teve o seu celular furtado ou roubado?	9,3	1.700	26.711.875.301

GRÁFICO 5
Crimes Virtuais com Prejuízo Direto e Aparelhos Celulares

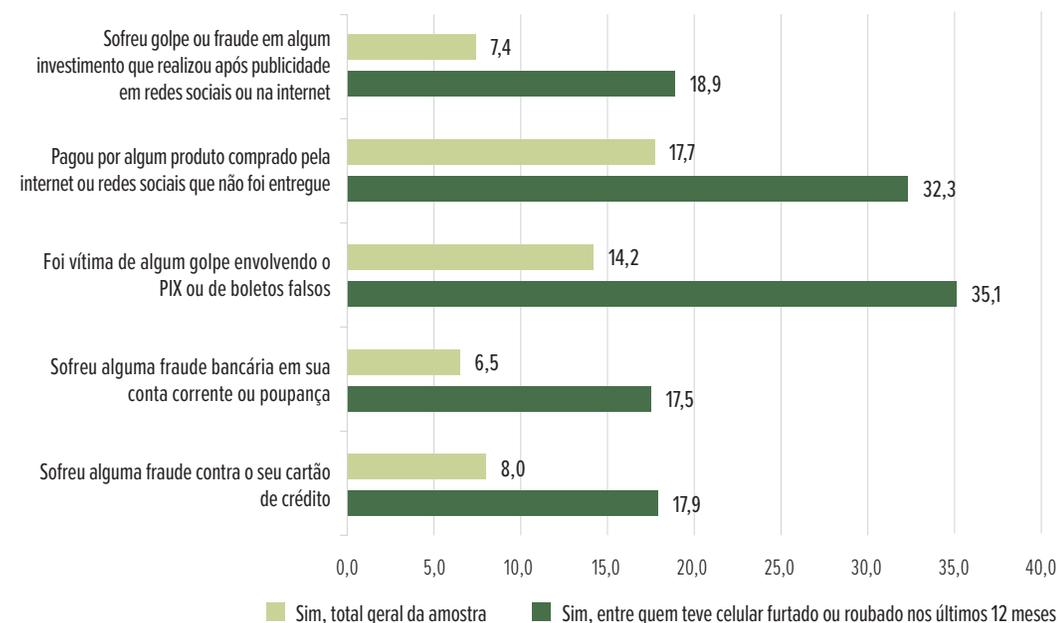
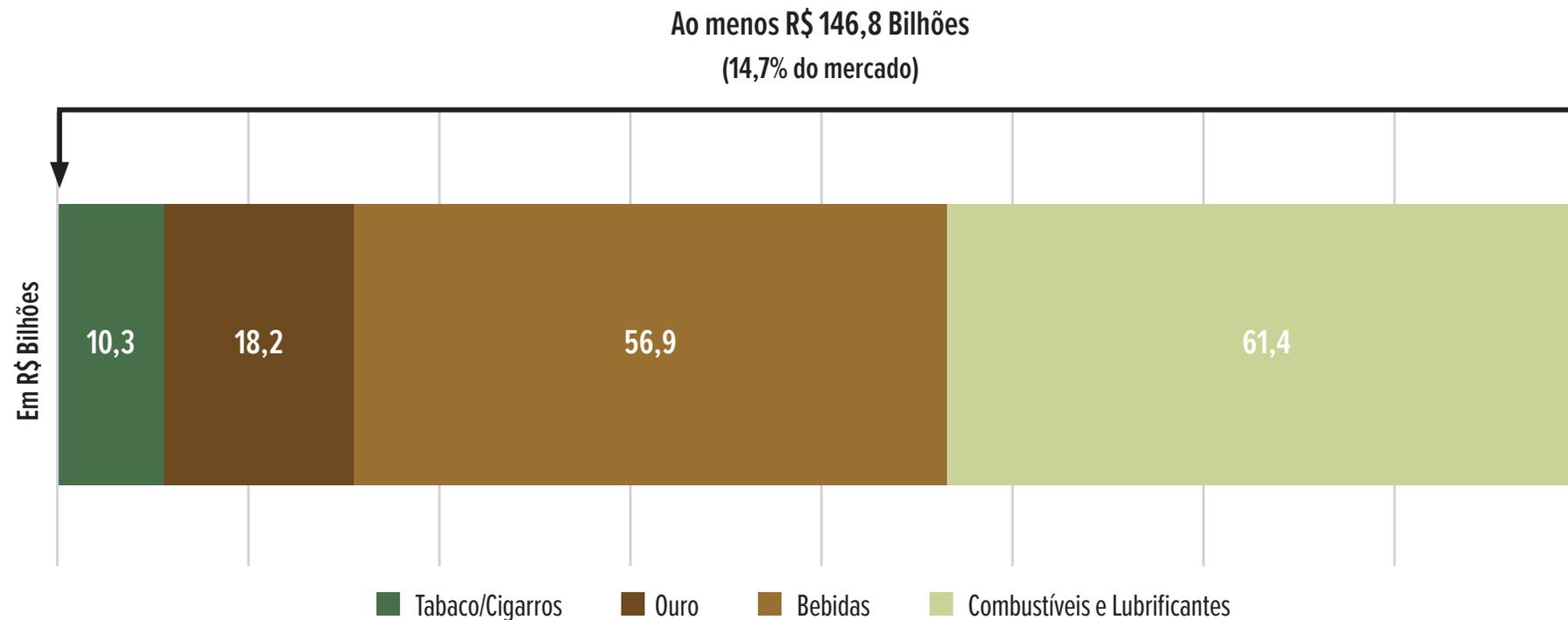
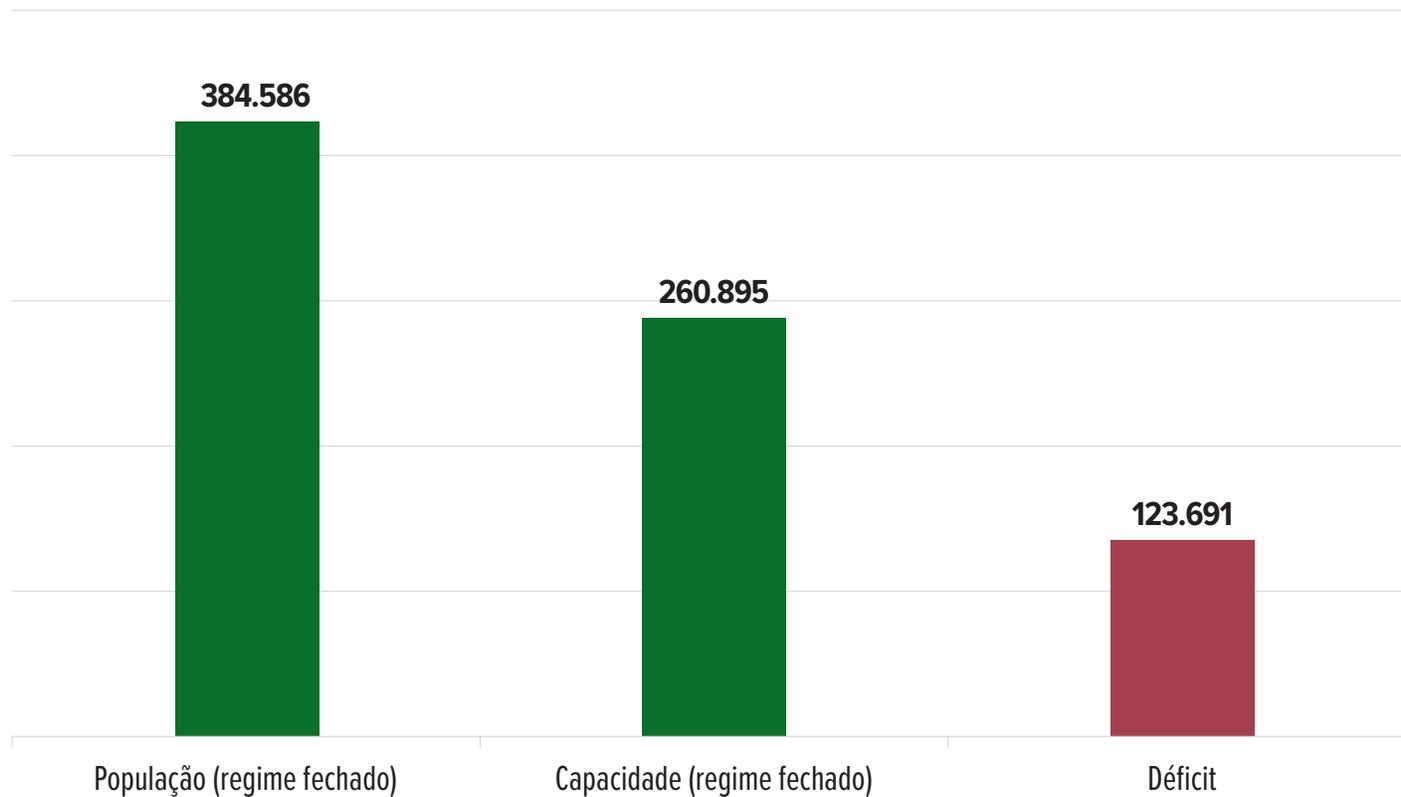


GRÁFICO 1. Receita anual estimada do crime organizado, por produto explorado
Brasil, a partir de 2022



Fonte: Instituto Escolhas, 2022; Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), 2023; Euromonitor Internacional; Pesquisa Industrial Anual (PIA/IBGE), 2022; FBSP e Esfera Brasil, 2024; FBSP, 2024.

Déficit de vagas do sistema prisional no Brasil - 2025



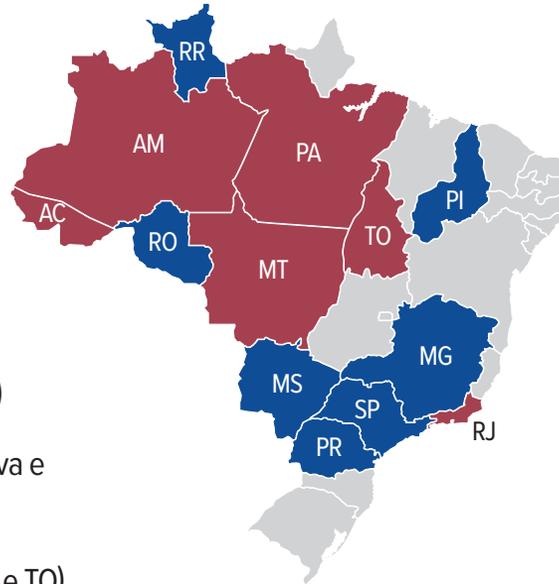
Duas facções dominam o cenário nacional com estratégias e modelos de governança radicalmente distintos



Presentes em todas as 27 Unidades da Federação, CV e PCC evoluíram de gangues prisionais para corporações transnacionais, casa uma com seu próprio “manual de negócios”.



O PCC constrói um império via alianças estratégicas, enquanto o CV avança com uma expansão territorial agressiva



Comando Vermelho (CV)

Estratégia: Expansão territorial agressiva e capilaridade.

Hegemonia: 6 UFs (AC, AM, MT, PA, RJ e TO).

Estudo de Caso (Amazônia): Presença saltou de 128 para **286 cidades** amazônicas em 3 anos (2023-2025), dominando 202 municípios.

Primeiro Comando da Capital (PCC)

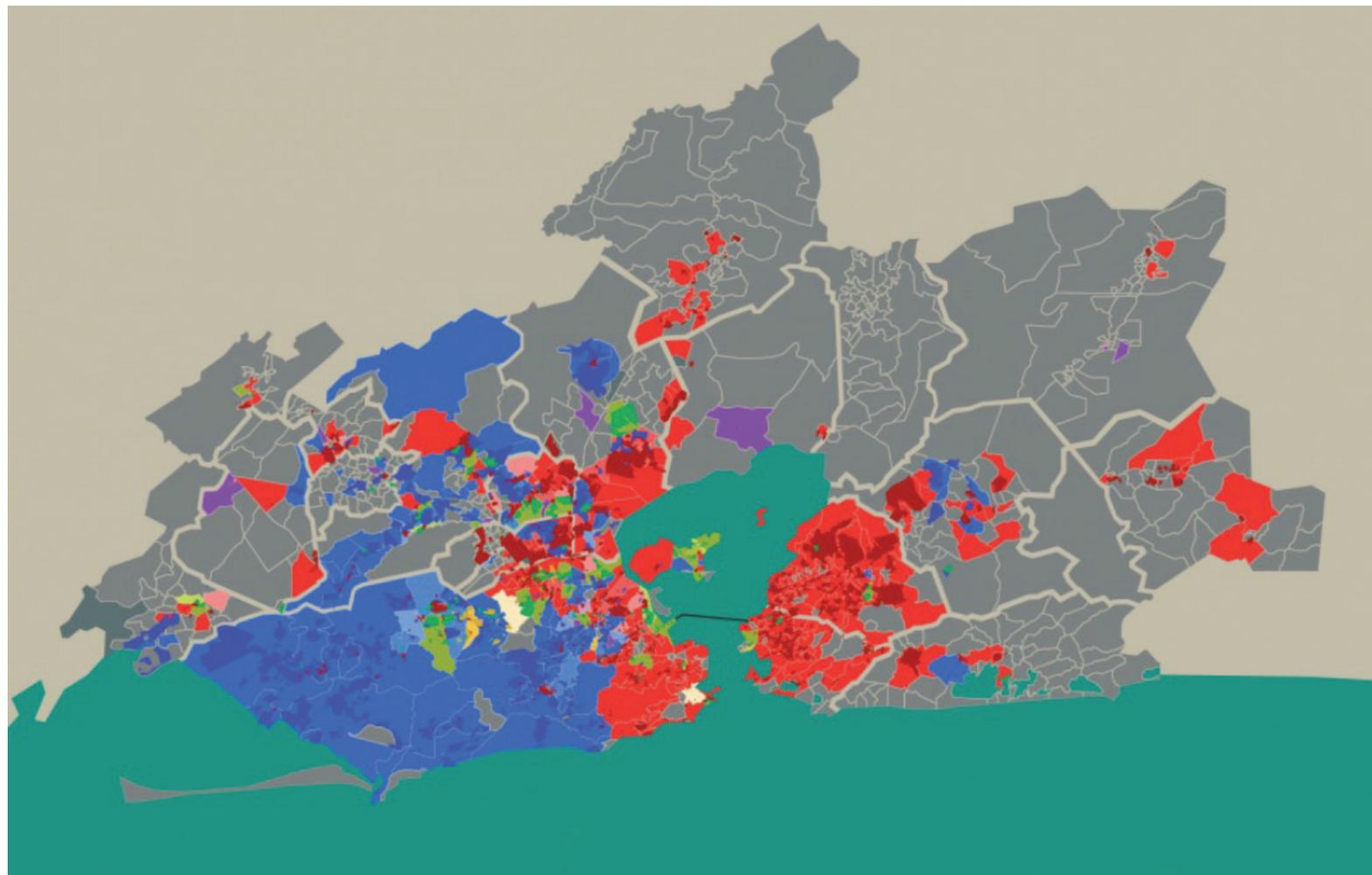
Estratégia: Alianças estratégicas e controle de pontos-chave.

Hegemonia: 7 UFs (MS, MG, PR, RO, RR, SP e PI).

Estudo de Caso (Amazônia): Presença estável em cerca de **90 cidades**, focando em controle hegemônico de 31 municípios estratégicos para rotas.



Mapa histórico dos Grupos Armados no Rio de Janeiro



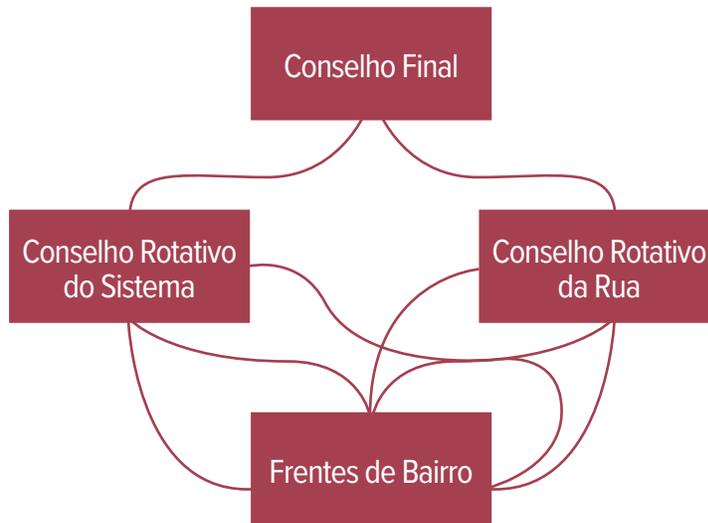
GENI/UFF E Fogo Cruzado

<https://s3.us-east-2.amazonaws.com/fogocruzado.org.br/mapadosgruposarmados>



O CV opera como uma rede colaborativa e descentralizada, enquanto o PCC adota um modelo de governança empresarial e hierárquico

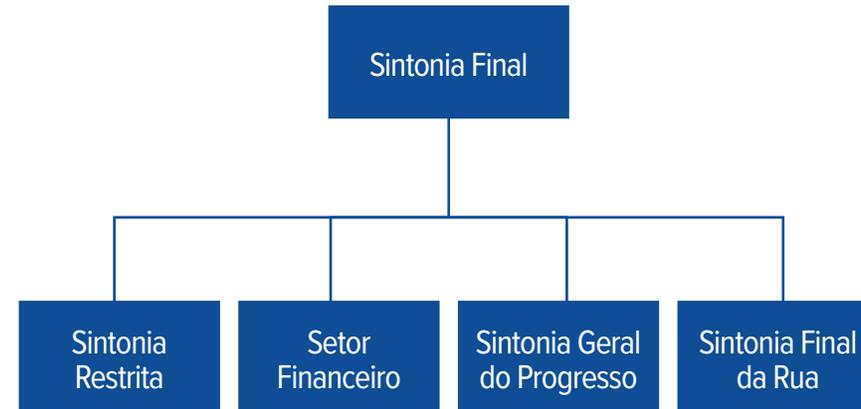
Comando Vermelho (CV)



Palavras-chave: Horizontal, colaborativo, Expansão “de fora para dentro”.

Texto de Apoio: Decisões são tomadas por conselhos, com comunicação via “salves”. O crescimento se dá pela absorção agressiva de grupos locais.

Primeiro Comando da Capital (PCC)

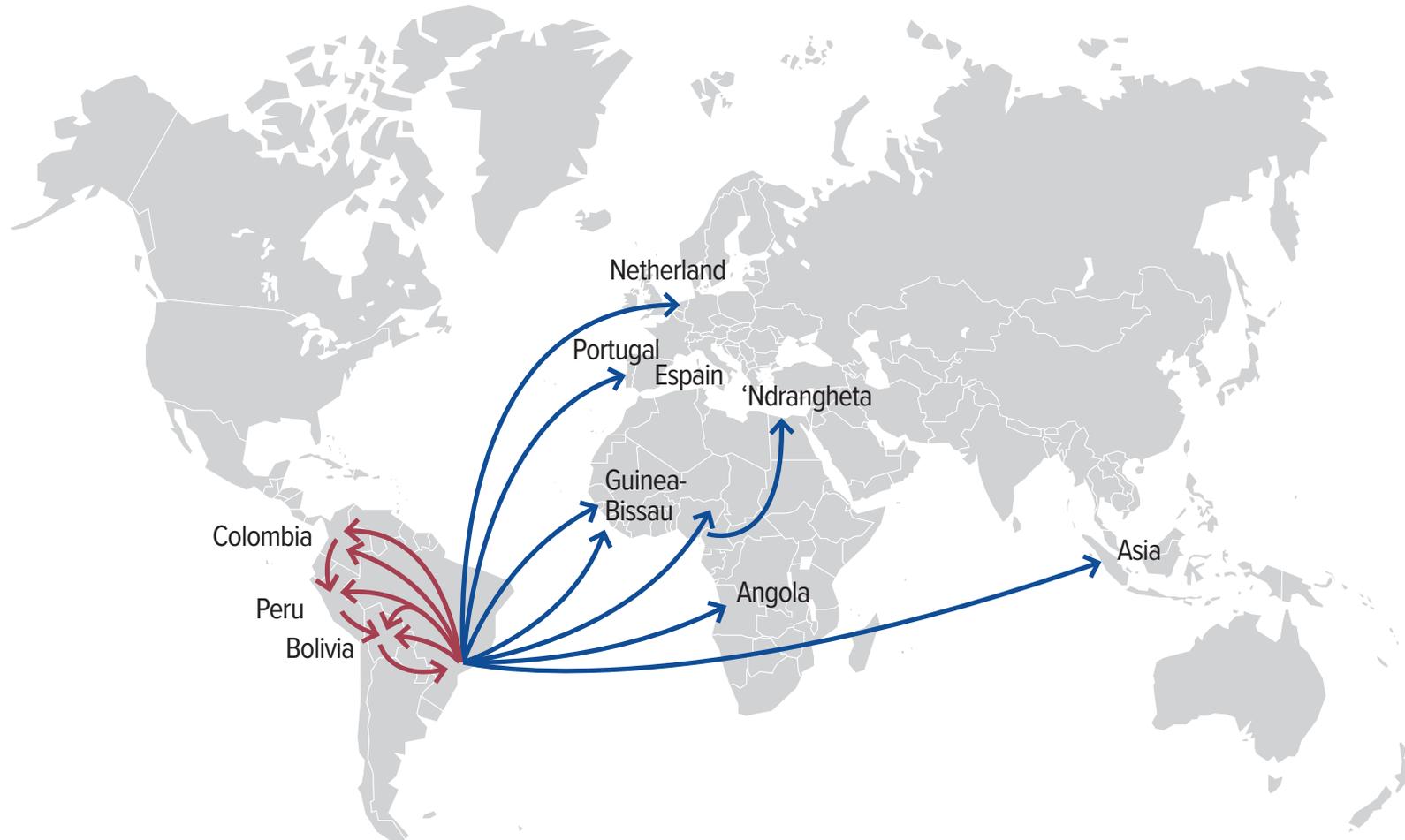


Palavras-chave: Horizontal, colaborativo, Expansão “de fora para dentro”.

Texto de Apoio: Decisões são tomadas por conselhos, com comunicação via “salves”. O crescimento se dá pela absorção agressiva de grupos locais.



O PCC se tornou uma holding multinacional presente em 4 continentes; o CV foca sua expansão na América do Sul para controlar as rotas da Amazônia



→ Comando Vermelho (CV)

Alcance: 3 países na América do Sul.

Modelo: Expansão regional amazônica.

Parcerias: Cartéis peruanos e colombianos.

Atividade principal: Controle de rotas fluviais na Amazônia (Alto Solimões, Vale do Juruá) par escoamento de cocaína.

→ Primeiro Comando da Capital (PCC)

Alcance: 15+ países em 4 continentes.

Modelo: Holding multinacional.

Parcerias: Máfia 'Ndrangheta, cartéis colombianos, redes holandesas, máfia dos bálticos.

Atividade principal: Exportação de cocaína via portos (Santos) e lavagem de dinheiro global.



Quatro rotas principais alimentam o tráfico brasileiro

1

Rota Caipira

MT/MS → GO → MG → SP (Porto de Santos)

2

Rota do Alto Solimões

Colômbia → Rio Solimões → Amazonas → Distribuição Nacional

3

Rota da Bolívia (MT)

Bolívia → 21 municípios fronteiriços MT → Rota Caipira

4

Rota do Vale do Juruá

Peru (Ucayali) → Acre → BR-364 → Distribuição Nacional

Novos Portos Amazônicos

- Vila do Conde (Barcarena-PA)
- Santarém (PA)
- Manaus (AM)



Production et trafic de drogue

Principales zones de culture

BOLIVIE Pays où sont pratiquées la transformation et la production de drogue

Blanchiment de l'argent

Grand courant de trafic

Tendências Atuais: **Consolidação, Profissionalização e Diversificação**

1

Internacionalização Acelerada **Expansão global com parcerias internacionais e cartéis**

- **PCC:** 15+ países em 4 continentes, conexões com 'Ndrangheta1
- **CV:** Expansão para Peru, Bolívia, Colômbia (rotas amazônicas)
- **Exportação:** Portos amazônicos (Santarém, Manaus, Vila do Conde)
- **Modelo:** De crime local para crimes transnacionais

2

Profissionalização Operacional **Adoção de tecnologia e métodos sofisticados de operação**

- **Drones:** Vigilância aérea, reconhecimento de operações policiais
- **GPS e Rastreamento:** Monitoramento de rotas, carregamentos, integrantes
- **Criptografia:** Comunicações seguras via aplicativos especializados
- **Inteligência:** Análise de dados, previsão de operações policiais

A consolidação territorial e a convergência de crimes definem a nova era do crime organizado no Brasil

1. Consolidação e equilíbrio estratégico

O Brasil vive um equilíbrio de poder entre duas “superfaccções”: o **Comando Vermelho**, dominante pela capilaridade territorial no Norte, e o **PCC**, que controla pontos logísticos-chave no país por meio de um modelo empresarial e alianças.

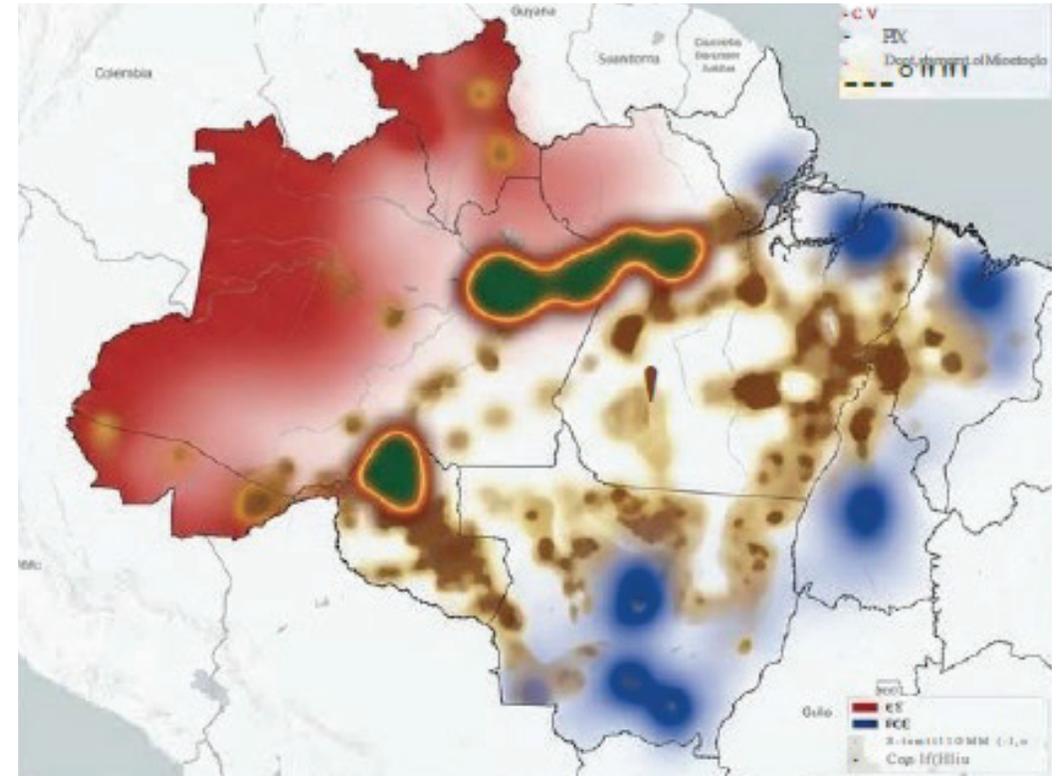
2. Convergência criminal é o maior desafio

A ameaça transcendeu o narcotráfico. A fusão com crimes ambientais na Amazônia, captura de mercados da economia formal, golpes e baixa regulação de mercados suscetíveis à lavagem de dinheiro criou uma economia ilícita integrada, tornando ineficaz qualquer estratégia que não aborde os dois problemas simultaneamente.

3. A urgência de uma resposta multidimensional

Combater essa nova configuração do crime exige mais do que policiamento. Requer uma ação coordenada que integre inteligência financeira, cooperação internacional, políticas sociais e, crucialmente, proteção ambiental.

Convergência na Amazônia: controle de facções e crimes ambientais



O Exemplo da Amazônia Legal

Quase metade dos municípios da Amazônia Legal já está sob influência do crime, com 17 facções disputando território



Quadro 3.1 | Unidades da Federação da Amazônia Legal com presença de facções

Unidade da Federação	Número de municípios com presença de facções	Número de municípios com presença de apenas uma facção	Número de municípios com presença de pelo menos 2 facções	Total de Municípios
Acre	22 municípios (100%)	17 municípios	5 municípios	22 municípios
Amapá	10 municípios (62,5%)	6 municípios	4 municípios	16 municípios
Amazonas	25 municípios (40,2%)	21 municípios	4 municípios	62 municípios
Maranhão (parte amazônica)	53 municípios (29,3%)	34 municípios	19 municípios	181 municípios
Mato Grosso	92 municípios (65,2%)	78 municípios	14 municípios	141 municípios
Pará	91 municípios (63,2%)	72 municípios	19 municípios	144 municípios
Rondônia	21 municípios (40,3%)	11 municípios	10 municípios	52 municípios
Roraima	13 municípios (80%)	5 municípios	8 municípios	15 municípios
Tocantins	17 municípios (12,2%)	14 municípios	3 municípios	139 municípios
Amazônia Legal	344 (44,6%)	258 (33,4%)	86 (11,1%)	772 (100%)

Fonte: Instituto Mãe Crioula; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025.

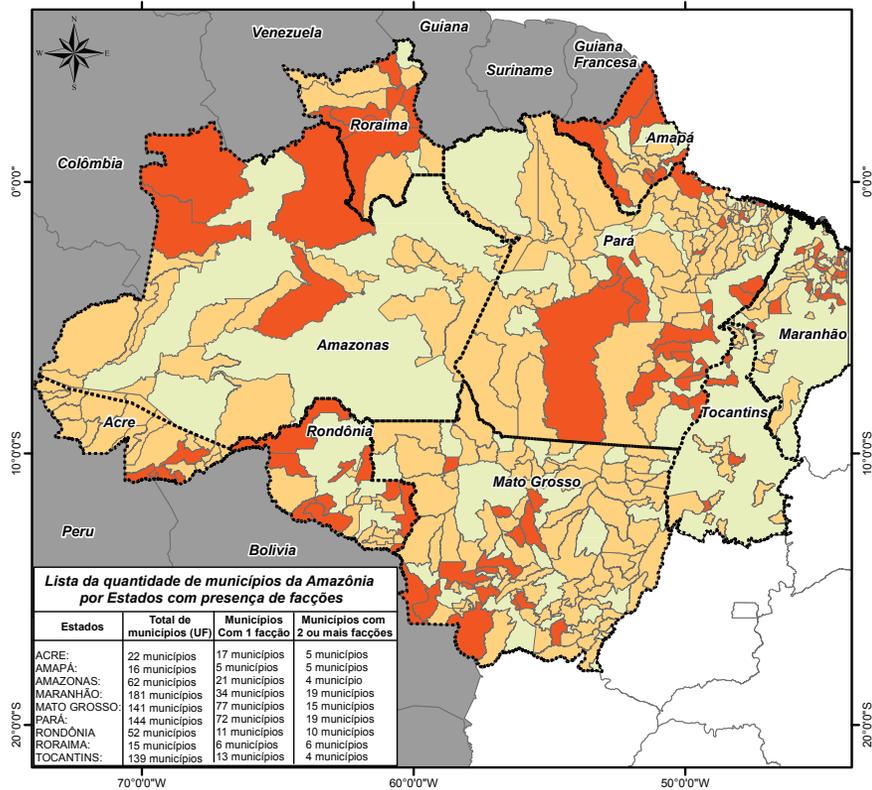
Tabela 4.1 | Cultivo global de Coca Em hectares, 2014-2023

Ano	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Variação (%) 2022-2023	Variação (%) 2014-2023
Bolívia	20.400	20.200	23.100	24.500	23.100	25.500	29.400	30.500	29.900	31.000	3,7	52,0
Colômbia	69.000	96.000	146.000	171.000	169.000	154.000	142.800	204.300	230.000	252.600	9,8	266,1
Peru	42.900	40.300	43.900	49.900	54.100	54.700	61.800	80681 (1)	95.000	92.800	-2,3	116,3
Total	132.300	156.500	213.000	245.400	246.200	234.200	234.000	234.800	354.900	376.400	6,1	184,5

Fonte: World Drug Report, UNODC; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) A estimativa de área de cultivo passa a incluir 5 novas regiões (Amazonas, Bajo Huallaga, Bajo Ucayali, Camanti e Madre de Dios).

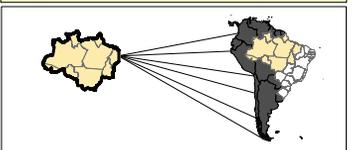
Em 2023, foram produzidas 3.708 toneladas de cocaína pura, crescimento de **34% em relação ao ano anterior** – o maior volume já registrado na história.



Lista da quantidade de municípios da Amazônia por Estados com presença de facções

Estados	Total de municípios (UF)	Municípios Com 1 facção	Municípios com 2 ou mais facções
ACRE:	22 municípios	17 municípios	5 municípios
AMAPÁ:	16 municípios	5 municípios	5 municípios
AMAZONAS:	62 municípios	21 municípios	4 município
MARANHÃO:	181 municípios	34 municípios	19 municípios
MATO GROSSO:	141 municípios	77 municípios	15 municípios
PARÁ:	144 municípios	72 municípios	19 municípios
RONDÔNIA:	52 municípios	11 municípios	10 municípios
RORAIMA:	15 municípios	6 municípios	6 municípios
TOCANTINS:	139 municípios	13 municípios	4 municípios

MUNICÍPIOS COM PRESENÇA DE FACÇÕES NA AMAZÔNIA LEGAL, ANO 2025



Escala: 1: 17.150.600
Data: 02/10/2025

Informações Cartográficas
Sistema de Coordenadas Geográficas
DATUM SIRGAS_2000
Fonte: IBGE, 2023; FBSP, 2025
Levantamentos jornalístico e Sites oficiais das Forças de Segurança Pública

Elaboração cartográfica: Instituto Mãe Crioula/FBSP

Legenda

Situação dos municípios em 2025

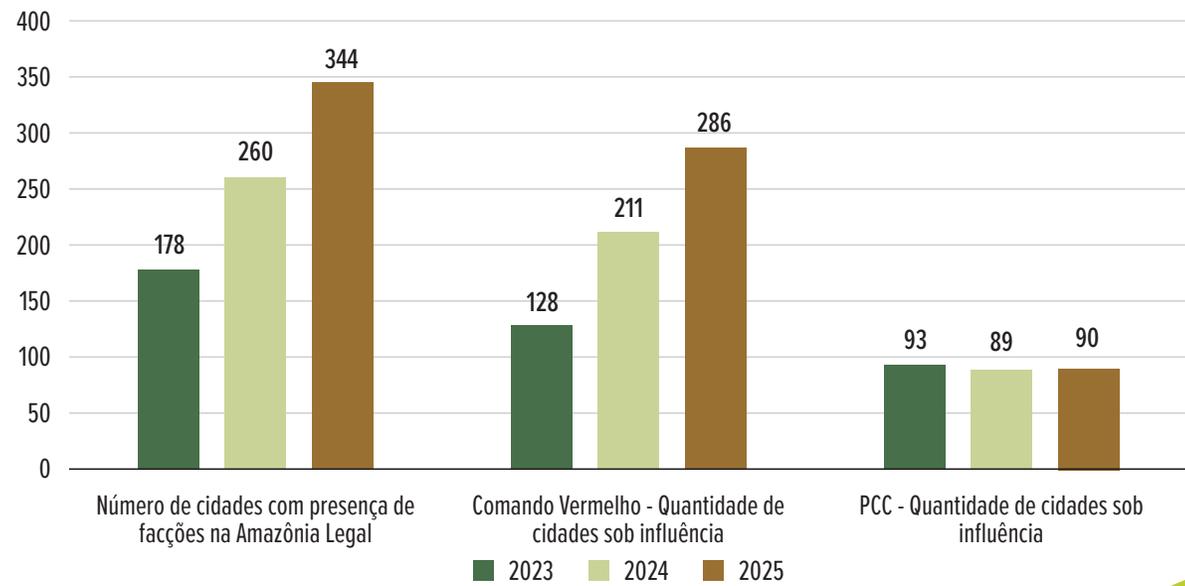
- Apenas uma facção
- Presença de 2 ou mais facções
- Limites da Amazônia Legal
- Limites estaduais
- Estados do Brasil
- Países da América do Sul

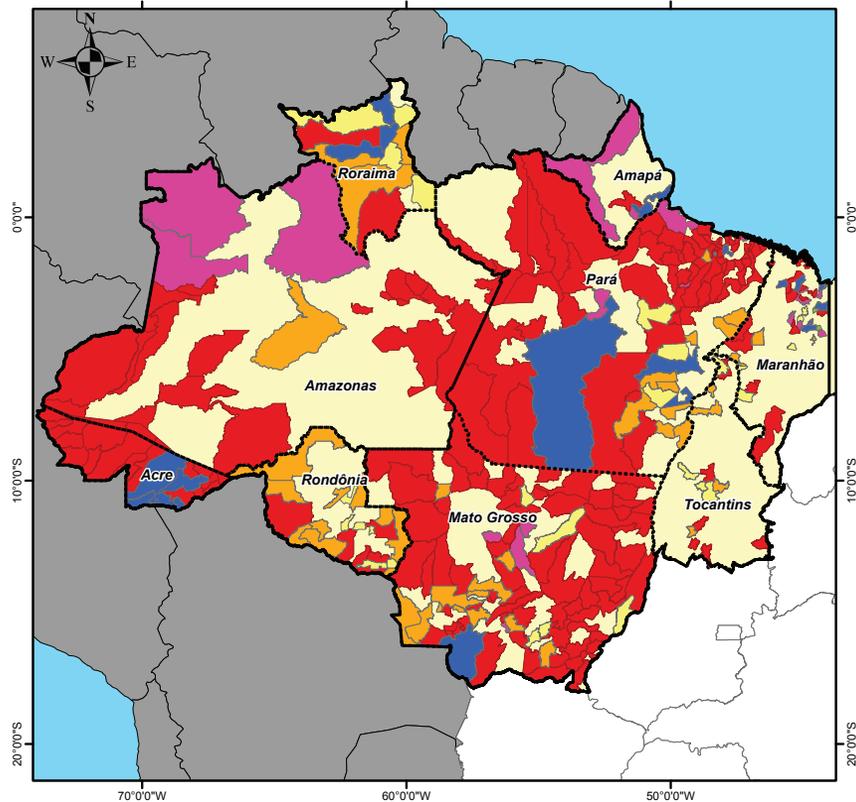


Em uma estimativa aproximada, o custo de deslocamento por 500 km em uma lase compararmos ncha blindada no interior do Amazonas com aquele feito por uma viatura padrão por rodovias na região Sudeste, veremos que, só de combustível, uma lancha blindada operando nos rios da Amazonia custa, em média, entre R\$ 6 e R\$ 7 mil, enquanto uma viatura rodoviária no Sudeste exige algo como R\$ 260,00 para percorrer a mesma distância. Ou seja, **fazer policiamento na Amazônia tem um custo 25 vezes maior só com combustível do que fazer policiamento em rodovias do Sudeste.**

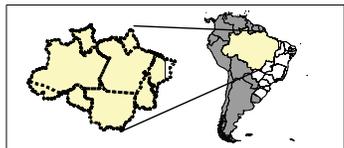
Gráfico 3.1

Quantidade de municípios sob influência de facções criminosas, e cidades com presença do Comando Vermelho e do PCC





MUNICÍPIOS COM A PRESENÇA DO CV E PCC NA AMAZÔNIA LEGAL, ANO DE 2025



Escala 1 : 17.150.000 Data 05/10/2025

Informações Cartográficas
Sistema de Coordenadas Geográficas
DATUM SIRGAS 2000
Fonte: IBGE, 2023; Levantamentos jornalístico e Sites oficiais das Forças de Segurança Pública

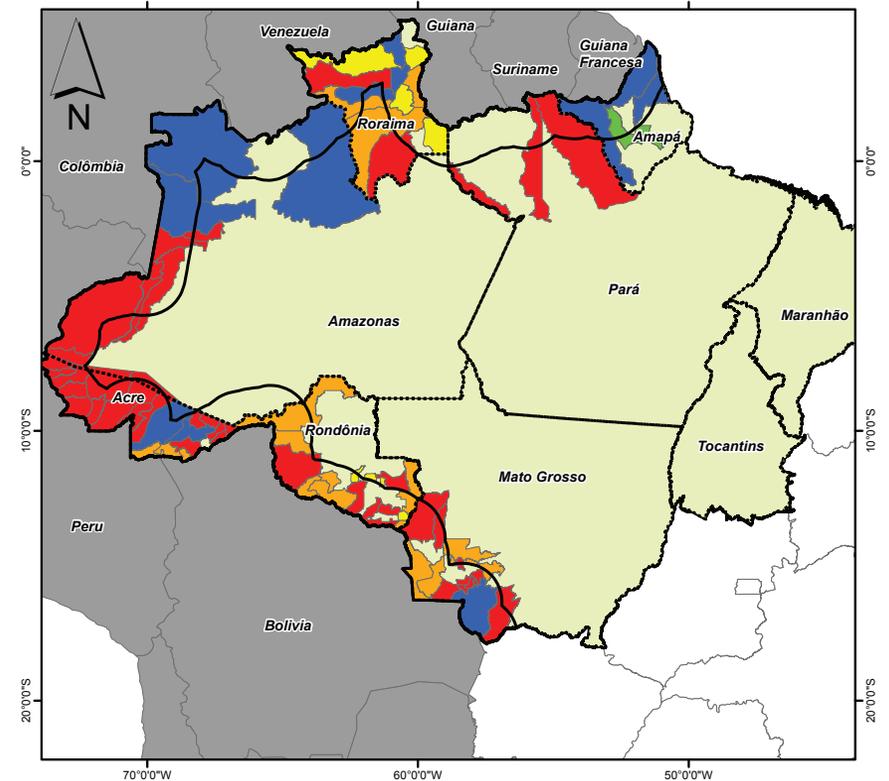
Elaboração cartográfica: Instituto Mãe Crioula/FBSP

Legenda

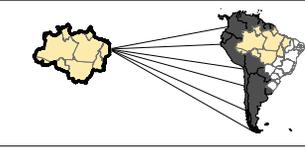
- Presença do PCC e B40
- Presença apenas do PCC
- Presença do CV, PCC e outra facção
- Presença do CV e PCC
- Presença apenas do CV
- Presença do CV e outra facção
- Estados do Brasil
- Países da América do Sul
- Oceano



As facções também estão presentes em **82 municípios localizados na faixa de fronteira internacional**, sendo 28 deles em disputa entre duas ou mais organizações, incluindo grupos estrangeiros. Nos outros 54 municípios, 44 estão sob controle do CV, 8 pelo PCC e 2 pela FTA, conforme o mapa a seguir.



MUNICÍPIOS COM PRESENÇA DE FACÇÕES NA FAIXA DE FRONTEIRA DA AMAZÔNIA LEGAL, ANO 2025



Escala 1: 17.150.600 Data 02/10/2025

Informações Cartográficas
Sistema de Coordenadas Geográficas
DATUM SIRGAS 2000
Fonte: IBGE, 2023; FBSP 2025
Levantamentos jornalístico e Sites oficiais das Forças de Segurança Pública

Elaboração cartográfica: Instituto Mãe Crioula/FBSP

Legenda

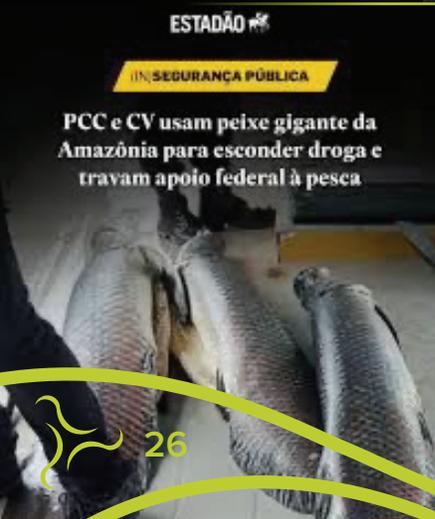
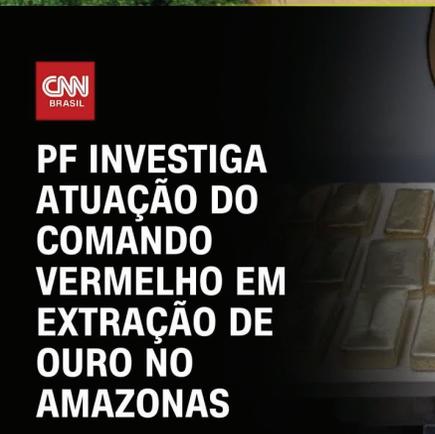
- Presença de 2 ou mais facções
- CV/PCC
- CV
- PCC
- FTA
- Faixa de Fronteira na Amazônia Legal
- Limites estaduais
- Limites da Amazônia Legal
- Estados do Brasil
- Países da América do Sul



A diversificação de atividades do crime organizado faccional

Crime se adapta à floresta e avança sobre crimes ambientais

- Garimpo ilegal, sobretudo de ouro, com muitas afinidades com o tráfico de cocaína (ex.: pistas de pouso clandestinas).
- Financiamento de dragas e equipamentos pesados (linha amarela).
- Troca de produtos de ilícitos ambientais por drogas, principalmente cocaína, em países fronteiriços.
- Reinvestimento do dinheiro do narcotráfico em crimes ambientais.
- Envolvimento na pesca ilegal do pirarucu.
- Extração ilegal de madeira.
- Busca de controle territorial sobre áreas urbanas e territórios florestais protegidos (TI, TQ, APA, RESERX, etc).
- Ameaças à infraestrutura crítica: portos, aeroportos, rodovias, ferrovias, fontes de energia (gasolina/diesel).
- Riscos para as bioeconomias emergentes.



Por 37 anos, a resposta do Estado federal tem sido reativa e fragmentada, sem foco estratégico de longo prazo

151

Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) desde 1992: a militarização como resposta à falha da política.

24

grandes iniciativas federais de segurança, a maioria criada em resposta a crises e descontinuada sem avaliação de impacto.

2 de 135

emendas constitucionais focaram em segurança pública, e somente para alterar atribuições.

Análise Central

Padrão identificado: Reatividade a crises em vez de planejamento estratégico

Falha estrutural: Ausência de avaliação sistemática dos programas e baixa coordenação federativa entre 85 corporações policiais.

Não é falta de sistemas, políticas ou planos – mas falta foco e prioridade federativa.



Enfrentar o crime organizado exige uma abordagem multidimensional que integre inteligência financeira e policial, cooperação, coordenação, fiscalização e políticas sociais.

Inteligências Integradas

Compartilhamento de dados em tempo real entre polícias, Ministério Público, Receita Federal, COAF, Banco Central, Órgãos Ambientais e Sistema Prisional.

Controle Efetivo de Fronteiras

Uso de tecnologia, efetivos das FFAA e cooperação internacional para vigiar rotas amazônicas.

Negação de Territórios

Retomar territórios controlados por milícias e facções (TI por exemplo) com estratégias que combinam políticas urbanas, sociais, econômicas e, em situações coordenadas, saturação policial/militar.

Retomada Prisional

Implementação do Pena Justa (ADPF 347), construção de novas vagas e adoção de programas de isolamento e responsabilização de lideranças de facções (Dissuasão Focada).

Fiscalização Ambiental Estratégica

Combate integrado ao garimpo ilegal, à invasão de terras indígenas, ao desmatamento e à grilagem de terras como forma de asfixiar as finanças das facções (modelo Casa de Governo TI Yanomami).

Cadastros e Sistemas Interoperáveis e Auditáveis

Cadastro de Lideranças de ORCRIM com critérios claros de inclusão, atualização e exclusão alimentado pelo Poder Executivo, MP, e Judiciário. Talvez a cargo do CNJ (DMF).

Combate à Corrupção

Foco em investigar a infiltração de milícias e facções em instituições estatais e fortalecer os mecanismos de controle interno. Regras mais severas para profissionais da segurança pública (a exemplo do perdimento antecipado, afastamento antecipado).

→ continua

Enfrentar o crime organizado exige uma abordagem multidimensional que integre inteligência financeira e policial, cooperação, coordenação, fiscalização e políticas sociais.

Ampliação do Papel da Receita Federal na Segurança Pública

- Permissão para que a Receita possa usar sua Base de Dados para informar MP sobre casos suspeitos (exemplo COAF);
- Considerar Regras de alfandegamento com foco na segurança da cadeia logística e organização da atividade em zona primária (Ex Porto de Tabatinga);
- Incentivar a Regulamentação relacionada à Administração Tributária e Aduaneira (EX IN RFB nº 2.278/2025 e da Portaria RFB nº 583/2025 – FINTECHS)

Recriação do Ministério da Segurança Pública

Com competência de coordenar de forma não subordinativa (mediante comitês tripartites entre União, DF, Estados e Municípios) o SUSP e de supervisionar a interoperabilidade de sistemas e programas de cooperação de dados e informações de inteligência (poder de regulamentação de padrões e regras de conteúdo).

Aprovação do PL sobre Devedores Contumazes

Regulação de Redes Sociais

Mecanismos para evitar anonimato e remover conteúdo que faz apologia ao crime e bloquear influenciadores criminosos.

Regulamentação Federal das Leis Orgânicas das Polícias (PM e PC aprovadas em 2023),

a exemplo do R200/1983, ainda em vigor, disciplinando como regra geral a articulação, interoperabilidade e padronização de informações.

→ continua

Enfrentar o crime organizado exige uma abordagem multidimensional que integre inteligência financeira e policial, cooperação, coordenação, fiscalização e políticas sociais.

Efetiva Implementação e Monitoramento das Recomendações do GAFI (Lavagem de Dinheiro)

Outorgar ao Ministério da Segurança Pública/CNJ/CNMP o poder de solicitação dos dados e informações do órgãos executores das recomendações, de modo a supervisionar a implementação e a interoperabilidade dos sistemas, cabendo a ele cumprir com as recomendações do GAFI não contempladas nas competências dos demais órgãos e esferas.

QUADRO 01

Setores obrigados e recomendações do GAFI

Setor controlado	Recomendações relacionadas	Principais obrigações de controle
Instituições financeiras	Recomendações 1, 10 a 23 e 27	- Avaliação de risco (R1) - Devida diligência do cliente (R10) - Manutenção de registros (R11) - Monitoramento contínuo (R20) - Comunicação de operações suspeitas (R20) - Controles internos e auditoria (R18)
Profissionais não financeiros designados (PNFDs) (ex: escritórios de advocacia, contadores, tabeliões e notários, corretores de imóveis)	Recomendações 1, 22, 23, 28	- Devida diligência em transações específicas (R22) - Comunicação de operações suspeitas (R23) - Implementação de programas de compliance (R23)
Jogos de azar e cassinos (incluindo bets)	Recomendações 22, 23 e 28	- Aplicar medidas de identificação de clientes em transações acima de limites definidos (R22)
Prestadores de serviços a empresas e trusts (TCSPs)	Recomendações 22 e 23	- Devida diligência em constituição, administração ou gestão de pessoas jurídicas e trusts (R22) - Comunicação de operações suspeitas (R 23)
Movimentação de dinheiro vivo (cash)	Recomendação 32	- Controle de transporte físico transfronteiriço de dinheiro e instrumentos negociáveis ao portador
Transações eletrônicas / atividades digitais (ex: ativos virtuais, fintechs)	Recomendação 15	- Regulamentação e supervisão de provedores de ativos virtuais (VASPs) - Devida diligência e registro de transações de clientes
ONGs (organizações não governamentais)	Recomendação 8	- Avaliação de vulnerabilidades no setor - Medidas de proteção contra abuso para financiamento do terrorismo

Ações Emergenciais de Curto Prazo

Constituição Temporária de 3 Forças Integradas de Combate ao Crime Organizado (FICCO)

FICCO PCC - FICCO CV - FICCO MILÍCIAS

As Forças Integradas de Combate ao Crime Organizado (FICCO) são estruturas de cooperação fomentadas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), coordenadas pela Polícia Federal e operacionalizadas em parceria com forças de segurança pública estaduais/distrital, com destaque para as Polícias Civil e Militar, mas podendo envolver outros órgãos estaduais, federais ou municipais,

como Polícias Penais Estaduais, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Penal Federal e Guardas Municipais, de forma oficial ou com colaboração eventual, a depender de sua conformação local. Trata-se de uma força-tarefa com o objetivo de enfrentar facções e organizações criminosas e promover a redução de crimes violentos por meio da integração entre as instituições de segurança pública e da promoção da cooperação jurídica e

policial internacional. A atuação coordenada de profissionais de diferentes instituições exclusivamente dedicados prioriza o monitoramento ininterrupto de organizações criminosas, a identificação de suas lideranças, a realização de investigações aprofundadas que possibilitem a deflagração de operações de desarticulação e a descapitalização das principais redes criminais identificadas no território.

Recomendar a Participação do MP nas FICCOS, avaliar o Uso do IP da ADPF635 para acelerar os arranjos (GAECOS estaduais)

Criar Rubrica Orçamentária e Destinar Recursos de Emendas de Comissão para o Início das Atividades

Destinar Recursos de Perdimentos Antecipados oriundos de operações contra essas organizações para financiar a atividade

Destinar % de Recursos de Multas e Emolumentos em Processos Criminais para o financiamento das FICCO



FÓRUM BRASILEIRO DE
SEGURANÇA PÚBLICA

Crime Organizado no Brasil

www.forumseguranca.org.br